AS SOCIEDADES INDÍGENAS E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

FABIO DO ESPÍRITO SANTO MARTINS¹

UNESP/FCLAr

RESUMO: *Este artigo estabelece, a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), uma análise sobre um dos seus grupos de trabalho (GT), isto é, Graves Violações de Direitos no Campo ou contra Indígenas. Pretende expor as violações praticadas pelos agentes públicos que integravam o regime de governo outorgado ao país entre 1964 e 1984 que impossibilitaram a digna existência das sociedades indígenas. Pois, se há a pretensão de que se concretize uma nova etapa social e histórica do país, obviamente, a concretização da reparação indígena apresentaria um significado de maior democracia, de direitos humanos e do efetivo pluralismo cultural e da composição multiétnica desta sociedade.*

PALAVRAS-CHAVE: *sociedades indígenas; Comissão Nacional da Verdade; democracia.*

ABSTRACT: *This article establishes, from the work of the Brazilian National Truth Commission (CNV), an analysis of one of its working groups (WG), Serious Violations of Rights in Rural Areas or against Indigenous People. It intends to expose the violations practiced by public agents who were part of the regime of government Brazil was under between 1964 and 1984, which precluded a decent existence of indigenous societies. Should there be a pretension of establishing a new social and historical stage for the country, the fulfilment of reparations for indigenous peoples would obviously come as sign of more democracy, human rights and effective cultural pluralism and multiethnic composition of Brazilian society.*

KEYWORDS: *indigenous societies; National Truth Commission; democracy.*

¹ Pesquisador bolsista CNPq UNESP/FCLAr. Membro do Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menendêz (CEIMAM UNESP/FCLAr) Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP/FCLAr. Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia/ Etnologia Indígena, UNESP/FCLAr. Graduação em Ciências Sociais UNESP/FCLAr. E-mail: epiritomartins@bol.com.br.

Introdução

No dia 16 de maio de 2012, foi instalada oficialmente pelo governo federal a Comissão Nacional da Verdade (CNV), como parte dos instrumentos político-administrativos oficiais de apuração de abusos e violações dos Direitos Humanos. Assumindo o importante papel de revelar o verdadeiro passado, soterrado até então pela história oficial, relativo ao período de 1946 a 1988, contudo, com ênfase recaindo sobre o período histórico que caracterizou a ditadura militar de 1964 a 1985. Neste momento ficou imposto ao país um regime político que se caracterizou como um estado de exceção, onde a sustentação da ditadura concretizou-se sobre amplas violações de direitos fundamentais e humanos. Este contexto histórico-social ficou por muito tempo sepultado por manobras políticas, em específico, a Lei de Anistia de 1979, que aniquilou as responsabilidades dos agentes criminosos. Àqueles que se opuseram ao autoritarismo ditatorial do Estado brasileiro, restou o gélido frio do esquecimento por parte da história oficial.

Deve, portanto, ser incluída entre as pretendidas consequências dos trabalhos conclusos da Comissão Nacional da Verdade, a responsabilização dos agentes criminosos, individualmente falando, tanto quanto do progenitor institucional de tal contexto, a saber, o Estado. Para isso deve ser pensada a aplicabilidade do elemento jurídico-conceitual caracterizado como *justiça de transição*:

A resposta aos crimes e violações a direitos humanos cometidos nos períodos de totalitarismos é denominada, pela doutrina jurídica, de Justiça Transicional, onde se busca processar os opressores, revelar a verdade, indenizar as vítimas, enfim, utilizar-se de todos os instrumentos capazes de se chegar a uma paz social após as graves violações a direitos humanos ocorridos, e com o intuito de evitar que tais ocorrências voltem a acontecer no país (LEAL e LEMOS, 2012, p. 48).

Assim, a proposição adotada neste artigo traz a prerrogativa de buscar a compreensão a respeito de como a ação violadora de direitos fundamentais e humanos, ou mesmo a concretização de práticas genocidas e etnocidas efetuadas pelo Estado, se chocou com as

sociedades indígenas, impactando-as. Realiza-se a reflexão acerca de como a acessibilidade das sociedades indígenas à estrutura jurídica nacional se realiza na contemporaneidade. Tal questão se relaciona ao modo como o Estado, no período histórico em que se constituía como uma ditadura militar (1964–1985), colocou em prática um conjunto de ideias elaboradas pelo general Golbery do Couto e Silva (*Doutrina de Segurança Nacional*), que caracterizava uma ideologia sustentada pelas concepções de “integração nacional” e “soberania”, e justificou as ações da ditadura em nome do “combate aos empecilhos” para o desenvolvimento econômico brasileiro. Isso produziu nefastas consequências, que se abateram sobre as sociedades indígenas no Brasil.

1 O Relatório Figueiredo como postulado inexorável de justiça reparadora

Cabe à presente seção refletir sobre de que maneira as prerrogativas de trabalho exercidas pela Comissão Nacional da Verdade vêm se deslocando em direção às sociedades indígenas. Surgem, então, muitas questões envolvendo as atividades daquela Comissão, relacionadas ao contexto de contato entre a sociedade envolvente e várias sociedades indígenas que habitam o território brasileiro há muitos séculos.

Para corroborar, portanto, com a inexorável necessidade de tal trabalho, será apresentada uma compilação de trechos de um registro documental oficial, produzido pelo próprio Estado em 1967, que, após 45 anos desaparecido, ressurgiu quase intacto. Trata-se do documento que passaria a ser conhecido como Relatório Figueiredo, um dos documentos mais importantes produzidos pelo Estado no último século, que apurou as matanças de povos inteiros, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra indígenas no país, principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, o documento foi encontrado recentemente (abril de 2013) no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo pesquisador Marcelo Zelic.

O relatório foi recuperado com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais. Entre denúncias de caçadas

humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina, o texto redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia ressuscita incontáveis fantasmas e pode se tornar agora um trunfo para a Comissão da Verdade, que apura violações de direitos humanos.

A investigação, feita em 1967 em plena ditadura, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, tendo como base as comissões parlamentares de inquérito de 1962 e 1963 e denúncias posteriores de deputados, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas pertencentes às IRs (Inspetorias Regionais) de números 2, 3, 4, 7 e 8.

Jader de Figueiredo e sua equipe constataram diversos crimes, propuseram a investigação de muitos mais que lhes foram relatados, e se chocaram com a crueldade e bestialidade de outros agentes públicos: corrupção, roubo, escravização, torturas, homicídio, genocídio e etnocídio, por exemplo.

Ao final, no entanto, o Brasil foi privado da possibilidade de fazer justiça nos anos seguintes. Os únicos registros do relatório disponíveis até hoje eram os presentes em reportagens publicadas na época de sua conclusão, quando houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar o que havia sido constatado por Jader e sua equipe. A entrevista teve repercussão internacional, merecendo publicação inclusive em jornais como o New York Times. No entanto, tempos depois da entrevista, o que ocorreu não foi a continuação das investigações, mas a exoneração de funcionários que haviam participado do trabalho. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5, restringindo liberdades civis e tornando o regime autoritário mais rígido, fatos, portanto, que inviabilizaram a continuidade dos procedimentos legais que culminassem na condenação dos criminosos. Oportunidade esta, então, que se mostra bastante viável no presente histórico do Brasil, dependendo, para que se iniciem tais procedimentos, apenas o profundo comprometimento das investigações efetuadas pela Comissão Nacional da Verdade.

A seguir, a visualização de alguns trechos deste documento irá tornar clara o quanto foram hediondos, e, portanto, o quanto urgente é a expansão do conhecimento público a respeito deles:

Venderem-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, (...) caberia ao servidor impedir a tortura e, (...) destituir e punir os responsáveis. Tal, porém, jamais aconteceu (...) para acobertar as tropelias de facínoras erigidos em protetores do selvícola pátrio (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 1).

Reafirmamos que parece inverossímil haver homens, ditos civilizados, que friamente possam agir de modo tão bárbaro. (...) nesse regime de baraço e cutelo viveu o SPI muitos anos. A fertilidade de sua cruenta história registra até crucificação, os castigos físicos eram considerados fato natural nos Postos Indígenas. Os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam de rotina, ocasionavam a invalidez ou a morte. Havia alguns que requintavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se, então filho espancar mãe, irmão bater em irmã e, assim por diante. (...) O "tronco" era, todavia, o mais contraditório de todos os castigos, imperando na 7ª Inspeção. Consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas junto em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente. Tanto sofreram os índios na peia e no "tronco" que, embora o Código Penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar a adoção desse delito como um inegável progresso no exercício da "proteção ao índio". Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações índio-SPI. Isso porque de maneira geral não se respeitava o índio como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais desumanas (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 3).

E ainda:

Houve Postos em que as parturientes eram mandadas para os trabalhos dos roçados em dia após o parto, proibindo-as de conduzirem consigo o recém-nascido. O tratamento é, sem dúvida, muito mais brutal do que os dispensados aos animais, cujas fêmeas sempre conduzem as crias nos primeiros tempos. (...) O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 4).

O Serviço de Proteção ao Índio degenerou a ponto de persegui-los até o extermínio. Relembrem-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados com escândalo sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades. O episódio da extinção da tribo localizada em Itabuna, na Bahia, é gravíssimo. (...) as denúncias de que foi inoculado o vírus da Varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figurões do governo nunca foram apuradas. Mais recentes os Cintas-Largas, em Mato Grosso, teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a estricnina adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçavam a tiros de metralhadora e racham vivos, a facção, do púbis para a cabeça, o sobrevivente!!! (...) A falta de assistência, porém, é a mais eficiente maneira de praticar o assassinato. A fome, a peste e os maus tratos estão abatendo povos valentes e fortes. São miseráveis as condições atuais dos Pacaás Novos, enquanto os orgulhosos Xavantes resumem-se a uma sombra do que foram até sua pacificação (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 6-7).

Em Nonoai, também de jurisdição da IR-7, uma cela de taboas, apenas com pequeno respiradouro, sem instalações sanitárias, que obriga o índio a atender suas necessidades fisiológicas no próprio recinto da minúscula e infecta prisão (...) realmente o cárcere privado anterior lembra presídios de Luís XI, da França: uma escura caixa de madeira de cerca de 1,30 x 1,00m, construída dentro de um imundo pavilhão de pocilga e estrebaria. (...) ainda ali encontramos um índio preso, cujo dorso, riscado de muitas cicatrizes longas, indicava serem resultado de chicotadas. Instado a responder, demonstrou verdadeiro pânico e não declarou a origem das cicatrizes (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 8).

Continua sendo apresentado por este documento, a saber, o Relatório Figueiredo, uma amostra, como exemplo, da longa série de denúncias em relação às violações cometidas contra a integridade humana, social e cultural das sociedades indígenas. Passa-se à ênfase da autoria, por agentes públicos do Estado brasileiro – o que, portanto, o responsabiliza. Desde este ponto, circunscrevem-se as denúncias à peculiaridade de especificá-las:

Diante de tudo o que foi dito, a Comissão considera as pessoas a seguir relacionadas como infratoras de normas legais do Direito Brasileiro, devendo ser indiciadas no momento oportuno. (PORTARIA 239/67, 1967, p.16). Acir Barros 1- Agressão física, espancamento e tortura de índios, nos Postos de Ivaí, Nonoai e Guarita (fls. 1720,1824,1843). 2- Cárcere privado de índios (fl. 1854). 3- Trabalho escravo de índios (fls.1854, 1720,1843) (PORTARIA 239/67, 1967, p.16). Álvaro de Carvalho 1- Crime de morte praticado na pessoa do índio Narizinho, depois de pendurá-los pelos polegares e espancá-lo (Posto Cacique Doble, da IR-7. (fl. 1682). Espancamento de índios (fl.847) (PORTARIA 239/67, 1967, p.18). Lauro de Souza Bueno 1- Torturador de índios no “tronco”. No Posto indígena Manuel Ribas chegou a fraturar o fêmur de índios por esse processo, junto com seus irmãos; Raul de Souza Bueno, David de Souza Bueno (fl. 1719, 1731, 4439) (BRASIL, PORTARIA 239/67, 1967, p. 42).

Daí, portanto,

a importância da memória ser tratada como política pública de gestão da história passada, presente e futura, contribuindo no processo didático-pedagógico de ensino e de aprendizagem da Cidadania e da República, assim como suas instituições democráticas e representativas, para que se possa compreender o ocorrido, e, com tal esclarecimento, formatar opinião pública proativa em favor de práticas sociais civilizatórias e emancipacionistas de todos, inclusive para que aqueles tempos não voltem mais (LEAL, 2012, p. 8).

Por isso, a possibilidade de justa reparação que as sociedades indígenas vislumbram ante o seu recente passado histórico de assaltos a sua dignidade humana enquanto pessoas, e também enquanto complexos e sofisticados arranjos culturais e mesmo societários, deve

promover a devida e justa responsabilização do Estado. Colocando em evidencia o fato de que, para se estabelecer maior justiça social, uma das mais significativas características estruturantes das sociedades contemporâneas deve ser digna e institucionalmente respeitada: a pluralidade. Para tanto, faz-se necessária a paritária acessibilidade aos meios institucionais de aplicação da justiça.

2 A luta indígena pela cidadania no Brasil: prática para reparação institucional

Pretende-se propor aqui a elaboração de uma análise reflexiva com vistas a problematizar o contexto de injustiças presentes na realidade social do Brasil contemporâneo, naquilo que se refere especificamente à impossibilidade das sociedades indígenas terem acesso de modo justo ao reconhecimento institucional de sua plena cidadania, portanto, garantida a total acessibilidade a seus direitos, inclusive os de reparação histórica.

Fatos bizarros, como de limitações ao reconhecimento político e legal da plena cidadania e da acessibilidade aos direitos fundamentais por parte destas sociedades no Brasil em pleno século XXI, podem ser notados, respectivamente, em um exame não muito profundo da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil Brasileiro de 2002, nas específicas partes em que tratam destes temas.

Assim, no texto constitucional, cabe a análise dos Art. 20, 22, 49, 109, 129, 176, 210, 215, mas especialmente dos Art. 231 e 232. Além, do Art. 67 dos Atos das Disposições Transitórias.

Depois de se analisar os trechos da Constituição Federal que versam especificamente sobre a compreensão e as ações do Estado acerca das sociedades indígenas em relação a sua condição cidadã, o que se constata é a existência das condições reais e favoráveis para a concretização do que lá consta. Tal situação atesta a inacessibilidade destas populações à garantia dos direitos fundamentais que lhes cabem. Ao contrário, de modo completamente alheio ao texto constitucional, ficam explícitos na vida prática os interesses econômicos que se impõem sobre as terras indígenas, principalmente a exploração monetária dos recursos naturais ali existentes. Constatam-se, portanto, prioridades

absolutas e exclusivas às questões e aos aspectos mercantis deste contexto de convivência entre pluralidades étnicas e estruturas sociopolíticas diversas, que caracterizam a realidade social brasileira na contemporaneidade. “E que afinal, expressam maneiras de sobrevivência que a humanidade logrou construir em sua trajetória no ecúmeno terrestre e são assim depositárias de especificidades biossocioculturais que impõem respeito ao Estado brasileiro”. (SANTOS, 1995, p. 105).

Diante da constatação acima evidenciada, os limites efetivos das garantias políticas da cidadania e posse dos direitos fundamentais das sociedades indígenas, além de serem soterrados por opções bastante sovinas e anacrônicas, politicamente falando, deixam ainda claro que, ao se refletir a respeito da diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira, a compreensão que a encíclica legisladora do país apresenta, deixa à mostra que os constituintes que a elaboraram pensavam a realidade social (plural e multiétnica) do Brasil de modo estático e imutável, meramente se repetindo ao longo do tempo.

Realizadas as reflexões acerca das limitações políticas, restam ainda as análises sobre os aspectos legais e jurídicos que tornam inconclusas as garantias de acesso à cidadania e aos direitos fundamentais das sociedades indígenas na atualidade brasileira. Tais análises nos levam ao Código Civil, de maneira específica, a seus Art. 1, 3 e 4.

Vê-se então, exposto claramente no cânone legal brasileiro de definição e caracterização das garantias jurídicas de direitos e responsabilidades civis, que em grande parte determinam as necessárias condições para a efetiva concretização da cidadania no Brasil, a forma como a compreensão demonstrada pelo Estado acerca do como deve ser transferida para a realidade das sociedades indígenas as respectivas leis definidas por este código jurídico, em relação à normatização administrativa e legal aplicada sobre elas pelo próprio Estado. Este código “enquadra os índios na categoria de ‘relativamente capazes’ que engloba os menores entre 16 a 21 anos, os pródigos, e até 1962, quando se retirou do artigo, as mulheres casadas” (CARNEIRO DA CUNHA, 1995, p. 134)! Esta constatação é reproduzida em um conjunto elementar da legislação brasileira atual, uma prerrogativa jurídica de 1973, a saber, a Lei Federal nº 6.001/73. Relativo à história contemporânea do Brasil, este

momento corresponde ao período de maior repressão exercida sobre a sociedade pelo regime ditatorial, de governo do general Médici (1969–1974), que representava a Ditadura Militar. Período, portanto, de plena aplicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional, institucionalização da censura e da tortura.

Em suma, é criado um eufemismo semântico naquilo que se entende por *tutela*. Configura-se aí a concepção elementar que o Estado aplica sobre as sociedades indígenas para normatizar a sua vida. Eis os claros limites da cidadania dos índios no Brasil, que como já indicado anteriormente, ainda hoje é definida pelo Estatuto do Índio (Lei Federal nº 6.001/73), principalmente no seu título segundo, capítulo segundo, artigo sétimo, parágrafos primeiro e segundo.

Tal lei, na sua íntegra, regula a situação jurídica das sociedades indígenas, fixando regras sobre a sua condição, os seus direitos e os seus deveres, e atribui competências aos órgãos do Poder Público, no que concerne à tutela daqueles. Esta situação poderia ser relativizada, não fosse a histórica política indigenista brasileira, centrada na *“integração dos índios à comunidade nacional”*.

Vale dizer, o Estado tudo fazia para promover o desaparecimento dos contingentes indígenas, através da sua incorporação à sociedade dominante. Acreditavam os detentores do poder na validade das teses, hoje revistas, da aculturação e da assimilação. Assim sendo, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e depois a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), no exercício da tutela acabava efetivamente cerceando os direitos de seu tutelado e esbulhando o patrimônio da comunidade indígena, sob a sua guarda. (...) Na prática já sabemos, tal instituto foi utilizado como mais um instrumento para a submissão indígena (SANTOS, 1995 p. 99-100).

O que também se torna muito evidente neste Estatuto é a sua inspiração na Convenção 107 da OIT. “A Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecida em 1957, tratava especificamente da integração das populações tribais” (SANTOS, 1995 p. 99–100).

Entretanto, desde 1986, a OIT promovia discussões para a revisão da Convenção 107, em particular naquilo que ela tinha de negativo, que era a justificação da política integracionista por parte dos estados

soberanos em relação às sociedades indígenas. Intenção esta, completamente ausente de apoio dos agentes estatais brasileiros, como indica Santos (1995, p.100): “O uso do termo nação para se referir aos diferentes povos indígenas jamais agradou aos representantes do governo brasileiro, que interferiram nessas discussões”.

Jamais se justificariam tais entendimentos por parte dos específicos agentes públicos do Estado brasileiro relacionados diretamente com questões indígenas. Somente uma realidade política e social determinada por um regime militar ditatorial, como era o caso brasileiro à época, explica tal situação.

Mas como concebê-lo como algo real, a constituir a principal carta legislativa do país na atualidade, que tem como um de seus fundamentos a definição do Brasil como um Estado Democrático de Direito? Por sua vez, a manutenção desta perspectiva, a definir a compreensão do Estado acerca desta lei praticável na atualidade, que regulamenta as questões indígenas no Brasil, no tocante aos seus direitos civis, coloca o país em dissonância com o Direito Internacional no que se refere às legislações que normatizam tais questões. Por exemplo, desde junho de 1989, a Organização Internacional do Trabalho, aprovou a *Convenção 169*, em substituição àquela de número 107.

O texto da Convenção 169 foi aprovado, em 27 de junho de 1989, com 85% dos votos, na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça. Representantes de povos e organizações indígenas de diversas regiões do planeta participaram como observadores ou como integrantes de delegações, das negociações para definição do texto final da Convenção durante a Conferência da OIT. O conteúdo da Convenção 169 elimina o caráter integracionista da Convenção original, reconhecendo que a diversidade étnico-cultural dos povos indígenas deve ser respeitada em todas as suas dimensões (LUZ, 1995, p. 102).

A Convenção 169 é, portanto, uma inovação importante no que se refere à fixação de parâmetros mínimos, internacionalmente acordados, para que os países fixem suas legislações específicas com relação aos povos indígenas, observando suas peculiaridades próprias, e

estabelecendo mecanismos adequados que reconheçam e garantam o respeito às instituições sociais e políticas desses povos.

Não se sustenta o receio do Brasil de que o termo “povos” possa implicar o *status* de sujeito de Direito Internacional, que reconhece o princípio da autodeterminação como um risco para a integridade do território brasileiro. O termo “povos” se generalizou sem que implicasse em ameaças separatistas, já que o tamanho diminuto das etnias e sua pulverização territorial não permitiram sequer pensá-lo. No seu artigo primeiro, parágrafo terceiro, a Convenção 169 afirma: “A utilização do termo povo nesta Convenção não deverá ser interpretado como tendo qualquer implicação com respeito aos direitos que se possa conferir a esse termo no direito internacional” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2003, p 15–16).

Assim o Estado, apesar de suas leis, tem tido uma dramática, cruel e genocida política em relação aos índios, mas tem, invariavelmente, apresentado um discurso pluralista, liberal e democrático, elevando à categoria de sistema um direito envergonhado. Na divergência entre o discurso e a prática, entre o Direito e o Processo, a vergonha da sociedade dividida e cruel fica encoberta pela falaciosa marca da injustiça (SOUZA FILHO, 2005, p. 168).

Desta forma, o não alinhamento e concordância entre as determinações legais, apresentadas pelos elementos jurídicos citados acima e a realidade social e política brasileira, torna imediatamente visível a recusa do Estado brasileiro a ser caracterizado como pluriétnico e multissocietário, negando, assim, que convivam em seu território diferentes etnias e sociedades. Frente a essa situação, se passa-se a efetuar a seguinte questão: qual é o *lugar* do índio no Brasil?

Dúvida esta que projeta como auxílio para responder-se à perspectiva histórica a respeito das conclusões que se realizaram, e ainda hoje majoritariamente se realizam sobre o tema. Isto é, “a constituição histórica de posições opostas: a imagem do índio foi exaltada ou denegrida, servindo, simultaneamente, como metáforas da liberdade natural ou como protótipo do atraso a ser superado no processo de construção da nação” (DURHAM, 1983, p. 12).

Nota-se, portanto, o quanto foram os interesses dos grupos dominantes, e nunca o dos próprios índios, que priorizaram, e, sem exageros, definiram como haveria, por parte dos demais segmentos da sociedade brasileira ao longo de sua história, e até mesmo na atualidade, de se cristalizar a compreensão e a concepção sobre as sociedades indígenas. Foram também esses interesses que definiram como tais sociedades existiriam no Estado nacional brasileiro ao longo do seu processo histórico de formação.

Deste modo, não é possível desconsiderar todo o aspecto ideológico presente nos processos de concretização dos modernos Estados-Nação, quando associados a ideias e valores de unidade e uniformidade. Há de se reconhecer que os Estados modernos se constituíram sobre diversidades pré-existentes, em um processo de unificação caracterizado pela violência, sendo a cultura comum imposta sobre as minorias étnicas. “Do ponto de vista prático, portanto, as minorias étnicas, dentro do Estado-Nação, jamais foram legitimadas pelo poder, cuja constituição implicou a destruição de particularismos culturais para criar a unidade nacional” (DURHAM, 1983, p. 13).

Com relação ao problema do índio face ao Estado, deve-se considerar, historicamente, o estranho fato de que uma sociedade há séculos responsável pelo extermínio sistemático da população indígena tenha sempre, ao nível do Estado, elaborado leis específicas de proteção às sociedades indígenas.

A verdade é que, na ideologia da nacionalidade, o índio possui um valor simbólico muito grande. Significa que permite representar como natural a relação do povo brasileiro com seu território; por outro lado, constituiu sempre um obstáculo na realização da exploração econômica. O índio foi considerado como a negação do progresso e do desenvolvimento, que foram e ainda hoje são, apresentados como projetos da nação.

Tal contradição, representada no Estado, tem sido resolvida através do subterfúgio de reconhecer direitos formais e permitir seu desrespeito sistemático. Ideologicamente, ao longo da história, defendem a preservação física dos índios, enquanto justificam sua destruição, enquanto sociedade e enquanto cultura, em nome do progresso.

Inseridos no Estado, qual o lugar dos povos indígenas? Para respondermos adequadamente esta questão, devemos partir do reconhecimento de uma dinâmica histórica bastante peculiar, que compreende o Estado brasileiro em suas relações com os grupos indígenas. Tal dinâmica concretizou e evidenciou a categoria “índio” enquanto resultado destas mesmas relações. Esta categoria é criação exclusiva da sociedade brasileira, já que os vários grupos indígenas sempre se compreenderam a si próprios como unidades étnicas específicas.

Portanto, construída pelas sociedades ocidentais, a categoria “índio” é agora incorporada pelos grupos tribais como instrumento do processo de definição de sua posição face à sociedade nacional e, mais precisamente, ao Estado. Ser índio, definir-se como índio, significa reconhecer sua diferença em relação ao “não índio”. Mas significa também a descoberta da semelhança que une cada grupo a todos os demais grupos indígenas, semelhança esta que consiste na distância que os separa dos não índios.

Por isso:

Como índio, possui pelo menos alguns direitos formais e é como índio que pode reivindicar a *justa reparação* do Estado. A legitimidade específica que a categoria índio possui constitui o recurso político e jurídico que essas populações têm para obter para si um lugar satisfatório na sociedade brasileira (DURHAM, 1983, p. 16).

É no contato dos índios com setores politicamente comprometidos da sociedade civil que emerge essa alternativa de ação coletiva. É no contato dos índios entre si que se cria outro discurso da indianidade e se esboça a possibilidade de uma organização que instrumentalize a luta.

A luta indígena se desenrola, assim, no campo mapeado pelo Estado e pela sociedade civil e consiste no processo através do qual os grupos tribais aprendem que são índios, descobrem que têm direitos e tentam encontrar formas de concretizar esses direitos.

Não se pode pensar na liberdade dos índios – e é disso que se trata – sem a garantia, de fato, de terem acesso a seus direitos. Por isso, toda medida que não parta dessa exigência, implicará o extermínio, violento ou

gradativo, dessas populações. Portanto, tal situação deve ser compreendida como um direito pleno, autônomo e soberano. Autonomia e soberania indispensáveis para um projeto de autodeterminação, o único projeto de *justiça*, compatível com os direitos humanos. Pois, só via autodeterminação os índios poderão ser sujeitos e, como tal, viverem o presente, sem a ameaça constante do extermínio, e construir o seu futuro. E para onde caminhará seu futuro? Essa opção só cabe a eles assumir (DURHAM, 1983, p. 42-3).

3 A Justiça de Transição e a Comissão Nacional da Verdade como práticas institucionais de reparação.

Aqui, a utilização do conceito de Justiça de Transição tem por finalidade conceber a superação de injustiças sociais. Desta forma, torna-se necessário destacar que

o tema da memória no âmbito das ciências sociais é um dos mais agudos em nível de demarcação sobre atores sociais e suas práticas no tempo e espaço, pois opera não só no âmbito dos efeitos e das consequências materiais, como também no das imateriais, simbólicas e morais, com impactos incisivos nas gerações do passado, do presente e do futuro. (LEAL, 2012, p. 9).

Cabendo assim propor, que a partir da real aplicação do conceito de *Justiça de Transição* por parte do Estado brasileiro e consequentemente das suas instituições jurídicas, seja concretizada uma justa reparação, pois

nos processos de transição para a democracia é necessário que os direitos à verdade, à justiça e à reparação sejam efetivamente reconhecidos, protegidos e garantidos pelas autoridades nacionais (LEAL e LEMOS, 2012, p. 48).

Porém, para passar à discussão relacionada à devida reparação que o Estado deve concretizar, deve-se refletir acerca da responsabilidade legal e legítima imputada constitucionalmente a ele. Portanto, o que se espera do Estado Democrático de Direito extrapola os limites das indenizações pecuniárias.

A causa da impunidade é a falta de políticas públicas mais abrangentes, visando uma reparação integral que enfrente os obstáculos do sigilo e adote medidas para a socialização da memória.

No Brasil, apenas em 1995 foi reconhecida a responsabilidade estatal pela morte e pelo desaparecimento de pessoas ocorridos por acusações de atuação em atividades políticas entre 1961 e 1988.

Em período recente na sociedade brasileira, uma das democracias que emergiram após os anos turbulentos em que predominaram a tortura, os desaparecimentos políticos e as muitas mortes, evidenciou-se, ainda de forma pouco explícita, o sentimento de que a construção do futuro somente se daria com o equacionamento do passado, desvendando-o e reconstruindo-o.

Então, é preciso considerar que:

As Comissões da Verdade não somente proporcionam o conhecimento sobre os fatos ocorridos no que diz respeito às violações de Direitos Humanos, mas também asseguram que a própria narrativa se torne o veículo principal para o reconhecimento do direito das vítimas contarem sua própria verdade, opondo-se à verdade oficial construída durante os anos de arbitrariedade e violência. Ao fazer isso, restaura-se a dignidade dos que sofreram esses abusos e violações ao mesmo tempo em que o Estado, mediante o mecanismo institucional da Comissão da Verdade, passa a legitimar outra versão da História (POLITI, 2011, p. 8).

No Brasil, foi em novembro de 2011 que a Lei nº 12.528/11, determinou a criação da Comissão Nacional da Verdade. Seus trabalhos se realizam mediante a coleta de depoimentos, investigação documental e audiências públicas, articulando a partir daí a atuação de específicos grupos de trabalhos (GTs), que se detiveram, cada um deles, em uma temática também específica.

Espera-se a verdade através da restauração da memória, que é compreendida como fato que faz o presente não esquecer nem domesticar o passado. Isto porque a relação entre estes períodos de tempo é de transversalidade e circularidade, operando aqui com a lógica de que o sujeito que compreende não parte do zero, mas, ao contrário, conta com toda a história que lhe caracteriza e mesmo o define. A expectativa que se cria para a Comissão da Verdade é demonstrar a todos

as verdadeiras versões da história, não da oficial, mas sim da verdadeira; devolver aos entes queridos a memória e a dignidade dos que foram covardemente assassinados; expor os nomes dos criminosos e violadores e reparar devidamente os vitimados, mas, principalmente, fazer avançar os processos jurídicos e de responsabilização dos criminosos, para que os agentes pessoais e o Estado sejam culpabilizados, julgados e condenados pelos crimes cometidos. Espera-se que a comissão postule a construção de uma comunidade comprometida com os valores supremos de defesa da dignidade e do comprometimento dos sistemas políticos com a pessoa humana.

Pois a implementação bem-sucedida desta Comissão é a primeira linha de ataque à impunidade, que por tanto tempo escondeu os criminosos. E cumprir de fato o que se espera fará o Brasil avançar como sociedade civil moderna e Estado Democrático de Direito de fato, além de beneficiar o avanço dos direitos humanos como um todo.

3.1 Povos indígenas e a Comissão Nacional da Verdade

Cabe à presente seção refletir especificamente sobre de que maneira as prerrogativas teórico-metodológicas, mas principalmente práticas, dos postulados de trabalho exercidos pela Comissão Nacional da Verdade articularam-se em direção às sociedades indígenas.

Mais especificamente, surgem muitas questões envolvendo as atividades daquela Comissão e peculiaridades relacionadas ao contexto de contato entre a sociedade nacional envolvente e várias das múltiplas sociedades indígenas que há muitos séculos habitam o território brasileiro, sobretudo naqueles contatos ocorridos no período histórico contido entre os anos de 1964 e 1985. Período este em que a nefasta ditadura militar implantou sistematicamente um terrorismo de Estado que passou a imperar em todo e qualquer relacionamento entre o Estado brasileiro os diversos segmentos desta sociedade. Não foi diferente, portanto, nas relações Estado/sociedades indígenas. Podendo-se problematizar ainda mais esta situação, bastando evidenciar que o regime militar era pautado por uma de suas teses principais, a Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como um de seus fundamentos a

construção de um *ethos* para o Estado brasileiro. O regime passaria a partir de então a privilegiar as ideias de soberania e, principalmente, a Integração Nacional, que grosso modo indicava a prioridade para a ocupação das áreas “vazias” do território nacional – entenda-se, toda a Amazônia Legal.

Neste sentido, a soberania significou a submissão plena, e por vias legais (o que não quer dizer legítimas), de todas as sociedades indígenas que habitavam o território nacional, a ponto de ser mantido e ampliado o reconhecimento sobre a sua capacidade de existência relativa, com o uso do elemento jurídico da tutela. Sem mencionar as violações que foram causadas ao acesso dos direitos fundamentais e, portanto, à cidadania dos índios.

Piores ainda foram as consequências geradas pela materialização da ideologia da integração nacional, segundo a qual a prática da violência sistemática contra as sociedades indígenas, levada a cabo por determinação dos governos militares ditatoriais, com o intuito de que os há séculos habitados “vazios do território” passassem a ser ocupados por não índios.

Entretanto, não se pode nem se deve pensar este projeto de integração nacional meramente como uma sobreposição de poder e força sobre as sociedades indígenas. Ao contrário, estavam evidenciando toda a articulação (e submissão) do Estado ditador aos interesses do capital estrangeiro. Este, por sua vez, avistava grandes expectativas (que se concretizaram) de muitos e fáceis lucros derivados dos financiamentos das megaobras levadas a cabo pela ditadura, mas, sobretudo, pela exploração mineral realizada nos “grandes vazios”, que se constituíam como territórios tradicionais de uma enorme multiplicidade de sociedades indígenas. Vitimadas desde então de modo trágico, em torno de violações como chacinas ou assassinatos de indivíduos isolados; expulsões das terras ou transferências para áreas de tribos inimigas; contaminação; torturas; manutenção de presídios destinados aos indígenas; ampla exploração; roubo; estupro e escravidão.

Notam-se, portanto, prerrogativas e interesses meramente economicistas direcionando as ações dos governos militares brasileiros, em detrimento absoluto das questões que definiam a existência das populações indígenas da Amazônia: “Castelo Branco anunciou a Operação

Amazonas, um programa governamental especial de cinco anos que gastaria quase 2 milhões de dólares no desenvolvimento de transportes, energia, comunicações e recursos naturais da Bacia Amazônica” (DAVIS, 1978, p. 64).

Portanto, ocupava-se na busca da soberania, mas sob a determinação do capital estrangeiro, à custa de um verdadeiro e cruel genocídio. Contradições de uma perfeita ditadura.

Neste sentido, o que se pretende aqui é a reunião de significativo material, não inédito, mas certamente bastante disperso e desconexo entre si até então, para que possa servir de consulta, no sentido de que tal material se configura como a evidência explícita a demonstrar a necessidade imediata de que os esforços da Comissão Nacional da Verdade efetivamente passem a considerar que as inúmeras violências e violações sofridas pelas sociedades indígenas no Brasil, em período sobreposto pela ditadura, circunscrevem-se ao seu objeto a ser analisado. Afinal, dentre os treze grandes eixos temáticos que estruturam as proposições de atuação da Comissão Nacional da Verdade, há particularmente um que contempla os danos causados pelo Estado brasileiro ditatorial às sociedades indígenas, isto é, *Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas*.

Contudo, deve-se buscar compreender como era o contexto legal, político e jurídico que caracterizava a jurisprudência do Estado em relação às sociedades indígenas, pelo fato de atestar evidente permissividade destas esferas institucionais frente ao contexto de extrema violência e desconsideração plena aos direitos humanos.

A construção da política indigenista no Brasil durante o século XX tem surgimento em 1910 com o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e concentrava-se institucionalmente a partir dos preceitos de Rondon. Contudo, como Darcy Ribeiro também observou, o trabalho de pacificação dos índios destinava-se menos a eles do que à sociedade como um todo. E mais, em quase todas as áreas onde o SPI funcionava, os índios foram varridos pelas doenças ou tornaram-se populações marginalizadas em minúsculas parcelas de terra (DAVIS, 1978, p. 27).

A citação acima deixa evidente que o que pode ser considerado o início da política indigenista no Brasil foi um conjunto de práticas

realizadas por parte do Estado, caracterizadas prioritariamente por uma perspectiva integracionista, claramente de assimilação dos índios em relação à sociedade nacional envolvente. Na verdade, a intenção era para que deixasse de sê-lo, já que tal condição era tida como sinônimo imediato de atraso, não civilização. Há que se destacar ainda a compreensão evolucionista que caracterizava as relações entre o SPI e as sociedades indígenas, que eram por tal órgão classificados do seguinte modo: índios isolados, em assimilação e plenamente assimilados, o que segundo o SPI, portanto, não seriam mais índios.

3.2 Características da política indigenista brasileira durante a ditadura militar

Desta forma, neste momento da análise cabem algumas considerações a respeito da gênese desta ideologia que priorizou a qualquer custo o acelerado desenvolvimento econômico do país, principalmente quando se destacam as consequências que causaram aos povos indígenas. Povos que, circunscritos àquele contexto, como indica Mattos (2011, p. 163), eram considerados apenas como “bandos atrasados” e “hordas fetichistas”, visão esta, por sua vez, que seria suplantada pela seguinte lógica: “a natural sedução do indígena para a indústria moderna e pela sua também natural proletarização”. A mão-de-obra indígena chegou mesmo a ser pensada como “salvação da pátria” pós-abolicionista.

Assim, passam a ser necessárias algumas breves reflexões sobre o contexto de surgimento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

Para isso, algumas palavras iniciais sobre a categoria teórica *indigenismo*, tornam-se necessárias como forma de esclarecimento. Aqui o indigenismo será compreendido em um campo semântico ampliado composto por um conjunto de ideias, mas também de práticas, programas e projetos políticos, sempre tendo como horizonte um ideal de nação. Contudo, indigenismo e nacionalismo não coincidem enquanto conceitos, ainda que exista certamente uma coincidência histórica em seu mútuo aparecimento, situado no centro de processos de transformação social das antigas colônias ibero-americanas em Estados modernos.

Em seu estudo de cunho antropológico, Antônio C. de Souza Lima conceitua indigenismo como um “conjunto de ideias... relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento de populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seja índio” (Souza Lima, 1995, p.14-15). Já por meio de uma abordagem histórica e espacialmente ampliada do conceito, voltada para todo o continente ibero-americano, Libertad Bittencourt (2007) sublinha o fato dos especialistas buscarem, por meio do conceito e da prática do indigenismo, “dar unidade aos discursos sobre o índio”, numa determinada visão “não formulada por eles” (MATTOS, 2011, p. 157).

Tais ponderações nos ajudam a considerar que a retórica indigenista na história, com efeito, tem se mostrado capaz de criar aproximações e distanciamentos conforme a imagem do índio se configura relativamente às sociedades nacionais, tanto como elemento necessário para resgatar um passado supostamente original, quanto para construir distâncias entre o índio ideal – da originalidade – e o índio real – para ser combatido e absorvido.

Neste sentido, sob a égide da Primeira República no Brasil, o “poder tutelar”, passaria a ser o elemento característico da administração dos índios. O rótulo genérico das populações em um único sistema codificado no interior de um mecanismo imaginado como de governo nacional pautaria a administração indígena republicana. A importância da questão indígena na lógica subjacente à ação política no período residia em sua preocupação em criar uma forma pátria que indicasse aspirações relacionadas à evolução científica da “Humanidade” – a questão era, portanto, decisiva na transição para o regime de governo republicano. Também o era a oposição *extermínio versus integração* dos povos indígenas, que se colocava de modo premente naquele contexto.

Desse modo, a fundação do SPILTN em 1910 deve ser compreendida inclusive como a uma imposição de uma narrativa histórico-ideológica sobre os povos indígenas. Narrativa esta possível de ser criticamente apreendida, pois:

Recuperar a representação elaborada pelos quadros do SPILTN sobre si próprios é rever a imagem do

missionário no período colonial. O missionário foi o primeiro papel a desempenhar, na história das conquistas formadoras do Brasil, o trabalho de sublimação da violência, necessariamente desempenhada pela organização administrativa conquistadora face aos povos nativos. É, por outro lado, retomar as bases de construção do poder tutelar no qual a violência física se transforma em persuasão, em violência simbólica, revendo o imaginário colonial e as tradições que desaguam no sertanismo, matriz própria ao Brasil das práticas de poder sobre os indígenas, que mais tarde se fundiriam no que se chama de indigenismo no Brasil (SOUZA LIMA, 2011, p. 209).

Destarte, mas não aleatoriamente, no dia 7 de setembro de 1910 o SPI foi inaugurado. Não é preciso descrever a cerimônia ou a ata de inauguração, discursos e outras peças documentais. Mais importante aqui é reconstruir as classificações e técnicas com as quais ele operaria. Para tanto, os regulamentos baixados pelos decretos nº 8.072, de 20 de junho de 1910, e nº 9.214/1911, de criação e regulamentação do SPILTN, são peças importantes pelo que traduzem do projeto. No espaço de tempo decorrido entre os dois, iniciou-se a dispersão espacial do SPILTN, com a implantação de unidades de ação locais (postos indígenas) e regionais (inspetorias regionais) e sucederam-se dois fatos importantes para o desenvolvimento do SPI. O primeiro diz respeito à formulação e encaminhamento do texto de lei que definiria um estatuto jurídico para as populações nativas no Brasil, ou seja, que faria do termo “índio” o designativo de um *status* jurídico. O segundo foi o retorno para o SPILTN dos oficiais deslocados.

Ao mencioná-los, cabe destacar elementos básicos na constituição do SPILTN.

a) a necessidade de um código que situe os indígenas em um sistema de estratificação de direitos civis e políticos pré-definidos, fundamento legal da ação administrativa estatizada, parte das redefinições da ordem jurídico-política inauguradas com o fim da escravidão em 1888; b) a luta em torno da permanência de militares enquanto gestores do processo de sua aplicação, explicitando-se as solidariedades entre a proteção aos índios e o controle/construção do território, além de forma sublimada (pela denegação da violência), mas sempre capaz de se presentificar, horizonte de

assimetria essencial à manutenção da conquista de espaços e populações (SOUZA LIMA, 2011, p. 209).

O modo como o *status* jurídico de índio foi pensado, sobre o enquadre do evolucionismo presente em todos os matizes da imaginação política do início do século XX, pode ser lido como especificidade histórica da relação entre organização administrativa, povo conquistador e butim.

Tal *status* foi, de fato e de direito, instrumento no processo de integração das populações indígenas a uma comunidade política representada como nacional: a atribuição de indianidade seria a via de acesso e forma intermediária do cumprimento de um projeto de extinção dos povos nativos enquanto entidades discretas, dotadas de uma historicidade diferencial e autodeterminação política. No projeto daquele momento, o que se pretendia era transformar os indígenas em trabalhadores rurais, e não os matar: tratava-se de um doce etnocídio e não de um cruento genocídio, como de fato era comum no Brasil daquele momento. Conquanto que até hoje massacres de indígenas não são práticas banidas da realidade brasileira.

Logo a seguir o SPI teria caído nas mãos do jogo partidário da época e decaído paulatinamente até sucessivos escândalos relacionados à corrupção nos anos 60, culminando em sua extinção em 1967 e na criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) pela Lei nº 5.371/67.

Com a extinção do SPI e, a partir de 1967, a criação da Funai, há um redirecionamento na política indigenista brasileira. Passam a haver dois modelos de indigenismo, concomitantemente praticados e atuantes no país. Um deles representava o modelo de entendimento sobre a temática indígena herdado do SPI, e tinha como prerrogativa a proposta de rápida integração indígena à sociedade nacional, que seria estabelecida a partir da implementação e do estímulo à mercantilização das relações com a sociedade nacional por parte dos índios, que, por sua vez, passariam a estar submetidos à exploração da sua força de trabalho.

Em oposição, concretizava-se naquele período outra forma de articulação da política indigenista estatal com as populações indígenas no Brasil. Este outro modelo se estabeleceu a partir das referências dos irmãos Villas-Bôas que, ao contrário do integracionismo, postulava o protecionismo, que deveria ser efetuado a partir do isolacionismo, como por exemplo, o ocorrido com o Parque Indígena do Xingu.

Sendo assim, entre a sua fundação e 1970, a Funai assumiu práticas e posicionamentos políticos independentes de ambos os modelos indigenistas realizados no Brasil. Entretanto,

em 1970, houve uma importante mudança de direção na administração e na filosofia da FUNAI. Em junho desse ano, um ex-oficial da inteligência militar, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, foi nomeado para presidir a FUNAI. Ao assumir o cargo ele anunciou que a política indigenista seria conduzida dentro do quadro do Plano de Integração Nacional. O general afirmou que a FUNAI, na qualidade de órgão do Ministério do Interior, daria proteção as tribos indígenas, mas essa proteção estaria submetida ao programa mais global de ocupação e colonização da Amazônia (DAVIS, 1978, p. 83).

Já no primeiro ano à frente da Funai, o general Bandeira de Mello, implementou uma nova visão do modo como a política indigenista brasileira seria conduzida pela instituição:

Foi aplicada uma visão empresarial. Nesse período, vários postos indígenas foram convertidos em empresas econômicas onde os índios eram forçados a comercializar o produto do seu trabalho, e onde as terras e recursos indígenas eram arrendados a estranhos através de direitos à exploração mineral, madeireira ou pecuária (DAVIS, 1978, p. 84).

A administração do general Bandeira de Mello se efetuiu entre 1970 e 1974 e era definida por dois evidentes objetivos. O primeiro consistia na prioridade para a integração dos índios à economia de mercado, o mais rápido possível, introduzindo-os à estrutura de classes da sociedade brasileira. O segundo objetivo era garantir que os índios não oferecessem obstáculos à ocupação não indígena e à exploração da Amazônia.

Também durante a presidência da Funai exercida por Bandeira de Mello, ocorreu uma situação que comprometeu definitivamente muitos grupos indígenas amazônicos, cujas consequências se perpetuam indefinidamente para estes grupos. Tratou-se do início da construção da Rodovia Transamazônica, que cortou o território dos índios Parakanan, ocasionando diretamente invasão territorial, muitos casos de estupros, além do contágio e muitas mortes causadas pela gripe.

Dali em diante as determinações do Estado brasileiro a respeito de sua política indigenista por meio da Funai ocasionaram um contexto que se reproduziu até 1974.

O que a deixava [a Funai] cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar. Durante este período a FUNAI passou a ser a principal cúmplice nos processos de etnocídio desencadeados contra as tribos da bacia amazônica (DAVIS, 1978, p. 104).

Tais práticas se tornavam tão repetidas que se caracterizaram como ações comuns, causando e ao mesmo tempo sendo consequência das alterações sobre a legislação que contemplava as populações indígenas no Brasil. Prevaleciam os interesses do governo militar e do capital estrangeiro, ao qual aquele estava submetido.

Portanto, quando se visualiza detidamente o entendimento que o Estado mantinha em relação aos contatos estabelecidos entre a sociedade nacional e as populações indígenas, percebe-se a opção pela política indigenista de integração. Subentenda-se aí o etnocídio sistemático das múltiplas culturas indígenas existentes no Brasil, além da incorporação daquelas populações à estrutura de classes da sociedade brasileira. Tudo isso era realizado com extrema violência. Reúnem-se aí os pré-requisitos necessários (de fato, mais que suficientes) para que este contexto histórico seja contemplado pelos trabalhos investigativos da Comissão Nacional da Verdade. Espera-se que os resultados atingidos sejam tornados públicos, para que os violadores dos direitos, agentes de crimes de *lesa-humanidade* em relação aos indígenas, sejam assim tratados e recebam suas punições, tal qual objetiva aquela Comissão.

4 A *lesa-humanidade* causada pela ditadura militar às sociedades indígenas na região amazônica: elemento de investigação da Comissão Nacional da Verdade

Nesta seção se realiza a apresentação do material a respeito das atividades efetuadas sobre grande parte da Amazônia Legal pelas muitas

instituições representantes dos governos militares ao longo da ditadura de 1964 a 1985 no Brasil, principalmente a respeito dos crimes cometidos contra as populações indígenas que tradicionalmente habitavam toda aquela vasta região. Como possibilidade ilustrativa à verificação sobre os danos causados diretamente ao universo social indígena amazônico por conta da implementação das políticas de integração e desenvolvimento econômico aplicadas pelo Estado, podemos recorrer à catalogação efetuada por Ianni (1986), a respeito das consequências referentes à construção da rodovia Transamazônica:

Segundo o ministro do interior, Costa Cavalcante, a FUNAI já tem pronto um levantamento de todas as tribos existentes na área da Transamazônica. São 29 ao todo: 1) Grupos intermitentes: Apinajé, Suruy, Xikreim, Djore, Gorotire-Kayapó, Kubenkrain-ken, Frakraimoro, Pakaas-Novas e Frigptapsá; 2) Grupos Isolados: Araras, Assurini, Akakôa-Ty, Araras Karib, Juruna, Kararaô-Kayapó, Apiaká, Kain-Akorê, Suyá, Cinta-Largas e Nambikuaras; 3) Grupos integrados: Munduka, Maués, Kanumã, Mura-Parintintin, Palmari, Katukina, Apurinãs e Parecis. Mas desde 1970, no entanto, novas diretrizes integracionistas passaram a dominar a política indigenista brasileira. E diversas tribos, tais como os índios Parakanan e Kréen-Akaróre, foram expropriadas e destruídas. Entre 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometidas com as políticas de desenvolvimento econômico do regime militar. Durante este período a Fundação Nacional do Índio tornou-se a principal cúmplice dos processos de etnocídio deflagrados contra as tribos da Amazônia. A sua política indigenista “reformada” tendeu a acelerar, antes do que frear, os processos de destruição étnica que tão amargamente caracterizam a história da fronteira no Brasil. (IANNI, 1986, p. 182).

Estas constatações ajudam a perceber que uma das principais áreas de interesse do regime militar brasileiro na Bacia Amazônica, entre 1970 e 1974, foi a região entre os rios Aripuanã e Roosevelt, no sudeste do estado do Amazonas, devido à grande riqueza mineral do subsolo, apesar “de relatos etnológicos, haverem demonstrado que viviam mais de 10 mil nativos nessa área, em mais de 100 aldeias. Dessas tribos as maiores eram, a Suruí e os Cinta-Largas” (DAVIS, 1978, p. 106). Neste contexto, justamente os Cinta-Largas foram as maiores vítimas:

Interesses privados e do Estado brasileiro, organizaram a expulsão dos Cinta-Largas de suas terras. De acordo com os relatos desse fato, que mais tarde passaria a ser conhecido como o '*Massacre do Paralelo Onze*', fora alugado um avião para atacar a aldeia dos Cinta-Largas, que se encontrava em um importante cerimonial. Perto do meio dia o avião deu um rasante e começou a dinamitar a aldeia (DAVIS, 1978, p. 107).

Por sua vez, o genocídio efetuado sobre os Suruí, habitantes do Parque Indígena do Aripuanã, em Rondônia, possui prioritariamente causas bacteriológicas, decorrentes do processo de invasão de seu território tradicional. Processo este planejado e levado a cabo pelos interesses estratégicos do regime militar brasileiro em sua ânsia pelo domínio e controle absoluto do território da Bacia Amazônica. E ainda “em 1972, a FUNAI, por determinação do governo militar autoriza a prospecção mineral do Parque Indígena do Aripuanã” (DAVIS, 1978, p.115), revelando como consequência o que se pode constatar através das denúncias do médico Jean Chiappino, ou seja, o etnocídio:

O relatório escrito, em 1972, pelo médico Jean Chiappino, afirmava que os índios Suruí localizados no posto indígena Sete de Setembro estavam em situação extremamente crítica e haviam praticamente sido dizimados pela tuberculose. A epidemia que detectara havia atingido todos os grupos etários na tribo Suruí. Mais de 40% da tribo sofria de infecções pulmonares. Chiappino alega que a expansão dessa epidemia desesperava, desorientava e destruía as famílias indígenas e o grupo social. De acordo com seus cálculos, só essa epidemia afetou mais de 60% da população Suruí observada (DAVIS, 1978, p. 114-15).

Os Waimiri-Atroari, população indígena habitante do norte do estado do Amazonas, entre os rios Alalau, Uatuma e Jauaperi, tendo por décadas se oposto e impedido a invasão do seu território, foram também vitimados ao longo da ditadura militar. Sua população que, ao fim da década de 1960 e ao início da década de 1970, somava mais de 2 mil pessoas, foi violentamente massacrada pelos interesses econômicos e pela insanidade do regime militar, que viabilizava suas ações assassinas através da Funai.

Em janeiro de 1975, o agente indigenista, Sebastião Amâncio, foi nomeado como diretor da FUNAI, para atuar na região ao longo da estrada Manaus - Boa Vista. Nos dias que se seguiram a sua nomeação, Amâncio em entrevista ao jornal 'O Globo', declarava: "estamos cansados da guerra sem armas da FUNAI, chegara a hora de usar meios mais diretos, tais como dinamite, granadas, gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras para dar aos índios uma demonstração da força de nossa civilização" (DAVIS, 1978, p. 127).

Ainda com relação aos impactos sofridos pelos grupos indígenas habitantes da Bacia Amazônica, decorrentes da ação dos governos militares ao longo da ditadura, faz-se necessário destacar aqueles sofridos pelos Yanomami. Tal população habita o norte de Roraima e, na década de 1970, somava aproximadamente 15 mil pessoas. "Em fevereiro de 1975, o ministro das Minas e Energia, anunciou que um imenso campo de urânio fora descoberto na região de Surucucus, em Roraima, um dos locais com maior densidade entre os Yanomami" (DAVIS, 1978, p. 131).

Todos estes relatos contêm grande quantidade de informações e oferecem boa base para avaliar a natureza da reforma na política indigenista realizada pela Funai ao longo dos anos em que era imposto ao país uma violenta ditadura militar como regime de governo. Tal contexto possibilita perceber pelo menos duas situações imprescindíveis para sua apreensão crítica. Em primeiro lugar, que a política indigenista da época (1964-1985) mantinha uma clara relação de submissão à política nacional mais ampla de materialização de um *strictu* desenvolvimento econômico praticado a qualquer custo. E em segundo, que tal determinação política nacional se dava como situação condicional da dependência do Brasil ao sistema econômico internacional.

5 A guerrilha do Ribeira: dever investigativo da Comissão Nacional da Verdade

Sobre a prática repressiva extremamente violenta efetuada pelas forças armadas brasileiras contra os focos guerrilheiros implantados no país entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, considera-se que deveria evidentemente ser enquadrada em enorme

diversidade de peças processuais a serem analisadas pelo Poder Judiciário, e, portanto, veementemente investigadas.

É proposta uma análise do foco guerrilheiro implantado no Vale do Ribeira paulista em 1969. A ocupação daquele território por parte dos agentes repressivos do Estado ditatorial e militarizado produziu efeitos sobre a população indígena do Ribeira, isto é, os Guarani, cujo acesso aos primeiros registros documentais evidencia presença naquela região desde meados do século XIX.

Em agosto de 1835, uma expedição militar consegue contatar e “capturar” trinta e três ‘*Taňyguá*’ (subgrupo linguístico Guarani), no rio do Peixe, que, por ordem do juiz de órfãos de Juquiá, foram “distribuídos” entre os habitantes do município de Iguape. Ainda documento conta, em outubro do mesmo ano, que se achavam presos na cadeia da Vila de Iguape seis índios (LADEIRA; AZANHA, 1988, p. 13).

Assim, ao se conceber aquela região como objeto passível de ser identificado, analisado e investigado pela Comissão Nacional da Verdade, tem que se levar em consideração a particularidade de uma variável importante, a ínfima existência de material documental que torne concreto o registro daqueles efeitos. Isso se dá principalmente por duas questões: o isolamento característico daquela região no momento histórico aqui tratado, e uma característica peculiar, resultante das praticamente inexistentes relações entre os índios Guarani e a Funai. Contexto este que se dava tanto por uma opção clara do distanciamento Guarani em relação à instituição indigenista citada, já que a mesma não era considerada como representativa para esta sociedade indígena, quanto por elementos específicos ao complexo mítico-cosmológico Guarani, que, através de sua religião, traduz-se no cotidiano pela prática de um contínuo deslocamento geográfico.

Léon Cadogan, sem dúvida o maior conhecedor das tradições Mbyá (subgrupo linguístico Guarani), crê que a migração Mbyá para o litoral brasileiro é mais remota do que se supõe. Do *corpus* de mitos e lendas recolhidos por ele, consta a lenda de grandes líderes religiosos (ñanderu) que encabeçaram migrações para o Brasil, “em tempos remotos”, com a finalidade de atravessar a “grande água”, além da qual, creem os Mbyá, encontra-

se o paraíso (ou Yvy Mara ey: “Terra sem Mal”) (LADEIRA; AZANHA, 1988, p. 16).

Quanto à ocupação guerrilheira do Vale do Ribeira, considera-se que “Ir para o campo, fazer a guerrilha: esse era o objetivo central da nova VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e Lamarca”. (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 68). Após breve treinamento entre o final de 1969 e o início de 1970, os guerrilheiros sob o comando de Carlos Lamarca foram descobertos, e a região foi rapidamente ocupada por tropas do II Exército.

De posse das informações, tropas do II Exército se deslocaram para o Vale do Ribeira e passaram a vasculhar a região. Para que os guerrilheiros saíssem da mata, as regiões de Barra do Turvo, Areado, e Itapeúna sofreram violentos bombardeios aéreos (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 35).

Nestas circunstâncias, seria irreal crer que não tenha ocorrido qualquer espécie de contato entre as forças militares de repressão e a população indígena Guarani, habitantes tradicionais da região, sobretudo se for considerado o efetivo numérico de militares e a grande quantidade e potencial de destruição dos armamentos utilizados por eles.

Na segunda-feira, 20 de abril, o campo de pouso de Registro começa a receber tropas, armas e munições, transportadas por quatro helicópteros e quatro aviões T6. [...] Toda a região começa a ser bombardeada. Uma equipe do II Exército, com apoio de helicópteros e aviões, invade a base de treinamento, mas ninguém é encontrado. Nos próximos três dias continuam a chegar tropas, inclusive um pelotão de paraquedistas, e o tenente coronel Miro Ferreira é designado para chefiar as operações. Mais tropas chegam ao vale. Agora, uma Brigada do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, cujo comandante, general Paulo Carneiro Tomás Alves, assume no dia 22, em Santos, o comando geral da operação. Na área, o coronel de Artilharia e comandante do Forte Itaipu, Antônio Erasmo Dias é quem chefia. Já são mais de 1500 homens empregados em operações de busca (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 71).

Considerações Finais

Pode-se concluir, portanto, mediante a averiguação de todo o material exposto e realizada a reflexão proposta, que a constatação imediata que se atinge se dirige ao encontro da hipótese inicial, isto é, a urgente e necessária revisão, não apenas histórica, mas sobretudo jurídica, do que se refere à devida reparação legal, política e ética que demandam as sociedades indígenas em relação ao Estado brasileiro.

Portanto, as atividades que caracterizam as ações desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade, ao buscarem a concretização da justiça mediante a reparação moral e legal das vítimas das violações aos direitos e a digna condição da pessoa humana ocorridas no Brasil durante a ditadura militar, tratam não apenas de prerrogativas jurídicas, mas também da retratação da verdade histórica nos processos de constituição da sociedade brasileira contemporânea. Se de fato há a pretensão do Estado de que se inicie uma nova etapa social e histórica do país, em relação ao franco enfrentamento e a real diminuição das desigualdades, obviamente, a ampliação do acesso e da concretização plena da cidadania indígena também apresentaria o significado de uma maior concretização da democracia, do respeito aos direitos humanos, do efetivo pluralismo cultural da composição multiétnica desta sociedade. O reconhecimento, por parte do Estado dos crimes cometidos por seus representantes diretos, mesmo que em período passado, juntamente com a condenação legal dos mesmos, revelaria um amadurecimento político àquilo que se refere sobre o aumento da compreensão a respeito dos verdadeiros valores da concretização de um Estado Democrático de Direito.

Contudo, depois de publicado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, este caiu no esquecimento por parte dos poderes da República. O assunto desapareceu da imprensa depois do final de 2014, e a crise política à época da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, já no início de 2015, sepultou os encaminhamentos e discussões sobre as recomendações indígenas e demais temas apresentados pela CNV.

Com o impeachment ocorrido em 2016, a desconstrução do processo de Justiça de Transição se intensificou no Brasil, onde o Estado deixou de construir o “nunca mais” e partiu para uma repetição de práticas de violência estatais apontadas pela CNV.

Assim, a negação da reparação aos povos indígenas por parte do Estado brasileiro se dá pelo engavetamento das recomendações da CNV,

o sucateamento da Funai, a paralisação dos processos de demarcação de terras por parte do Executivo Federal, e pela retirada de direitos constitucionais indígenas – como a PEC 215 e outras leis de caráter anti-indígena em tramitação no Congresso Nacional. Os povos indígenas também têm sido ameaçados pelo STF por meio do conceito de “marco temporal” adotado. O STF quer restringir mediante uma “data de validade” o direito tradicional dos povos indígenas; isso é feito determinando a data da promulgação da Constituição Federal como referência para determinar a posse da terra. Com isso o STF rasga a Constituição e joga no lixo o direito dos povos originários às terras, nela garantido, promovendo o esquecimento da violência apurada pela CNV e os muitos crimes de tutela praticados pelo Estado, além de anistiar os autores de crimes praticados contra os povos indígenas no Brasil.

Referências bibliográficas

BRASIL. Código Civil (2002). **Código Civil Brasileiro de 2002.**

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. **Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910.** Cria o Serviço de Proteção ao Índio e localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm>.

_____. **Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911.** Dá novo regulamento ao Serviço de Proteção ao Índio e localização de Trabalhadores Nacionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-norma-pe.html>>.

_____. **Lei Federal nº 5371 de 05 de dezembro de 1967.** Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15371.htm>.

_____. **Lei Federal nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm>.

_____. **Lei Federal nº 6.683 de 28 de agosto de 1979.** Dispõe sobre a Lei de Anistia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm>.

_____. **Lei Federal nº 12.528 de 18 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm>.

_____. **Portaria nº 239/67.** Dispõe sobre a constituição da Comissão de apuração de irregularidades no SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O Futuro da Questão Indígena. In: GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. L. da (Org.). **A temática indígena na escola.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 121-136.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

_____. **O que são direitos da pessoa.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAVIS, S. H. **Vítimas do milagre:** o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DURHAN, E. **O índio e a cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JOSÉ, E.; MIRANDA, O. **Lamarca, o capitão da guerrilha.** São Paulo: Global, 1980.

LADEIRA, Maria Inês; AZANHA, Gilberto. **Os Índios da serra do mar.** São Paulo: Nova Stella, 1988.

LEAL, R. G. (Org.). **Verdade, memória e justiça:** um debate necessário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

LEAL, Mônica Clarissa Hennig; LEMOS, Maitê Damé Teixeira O controle jurisdicional de políticas públicas no âmbito da verdade, justiça e reconciliação: um caminho entre o ativismo e a efetiva proteção dos direitos humanos. In: LEAL, R. G. (Org.). **Verdade, Memória e Justiça:** um debate necessário. Rio Grande do Sul. EDUNISC. 2012.

LUZ, L. A revisão da Legislação Indigenista. In: GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. L. da (Org.). **A Temática Indígena na Escola.** Brasília. Ed. MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MATTOS, I. M. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPILTN. In: FREIRE, C. A. R. (Org.). **Memórias do SPI:** textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Escritório no Brasil. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT /Organização Internacional do Trabalho.** Brasília, 2003.

POLITI, M. **A Comissão da Verdade no Brasil**. São Paulo: Núcleo da Preservação da Memória Política, 2011.

SANTOS, S. C. dos. Os Direitos dos Indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. L. da (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 87-105.

SANTOS FILHO, J. L. N. dos. Comissão da Verdade tem que incluir elites civis. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 2012.

SOUZA FILHO, C. F. M de. O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Global, 2005. p. 145-164.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: FREIRE, C. A. R. (Org.). **Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Ed. Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 201-212.

Recebido em: 15/02/2018 * Aprovado em: 16/05/2018 * Publicado em: 29/12/2018